

Administração, Empreendedorismo e Inovação 3

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Empreendedorismo e Inovação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração, empreendedorismo e inovação 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Administração, Empreendedorismo
e Inovação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-316-3

DOI 10.22533/at.ed.163190805

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações
tecnológicas. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.421

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração, Empreendedorismo e Inovação” compreende uma série com três volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este terceiro volume é composto por vinte e um capítulos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória na área.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre Administração, Empreendedorismo e Inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega ao campo da Administração, Empreendedorismo e Inovação à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “*Accountability* e Transparência: análise das metas do CNJ” e faz uma análise das metas de gestão estratégica estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os anos de 2009 e 2014 e demonstra a ausência de instrumentos de controle do tipo *accountability* e transparência. O segundo capítulo tem como título “Administração Pública e a Gestão pela Qualidade: uso da escala SERVQUAL” e objetivou analisar a qualidade dos serviços prestados pelos servidores técnico-administrativos aos discentes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB). O terceiro capítulo, intitulado “Clima Organizacional: avaliação de satisfação dos servidores públicos municipais em um órgão do Município de Ponta Porã – MS”, teve como objetivo avaliar a satisfação dos servidores públicos municipais de um órgão na cidade de Ponta Porã – MS.

O quarto capítulo, intitulado “Desenvolvimento de Bem-Estar no Trabalho e Proatividade como Estratégia de Prevenção de Intenção de Rotatividade entre Docentes de Rede Pública de Ensino”, objetivou analisar o impacto de bem-estar no trabalho e proatividade na intenção de rotatividade. O quinto capítulo, intitulado “Escala de Valores Organizacionais como Ferramenta para a Evolução da Cultura no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia”, buscou estudar os valores organizacionais no Poder Judiciário do Estado de Rondônia como forma de auxiliar no desenvolvimento de novas estratégias para a resolução dos problemas e satisfação das necessidades da organização. O sexto capítulo tem como título “Evidências do Padrão Lampedusa na Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins” e objetivou analisar a influência da administração pública patrimonial sobre a gestão da Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins.

O sétimo capítulo é intitulado “Gestão de Custos no Setor Público: um estudo em um restaurante universitário” e objetivou analisar como a gestão de custos pode contribuir para o processo decisório sobre a melhor aplicação dos recursos

em um restaurante universitário, analisando os possíveis ganhos e a aplicabilidade do sistema de custeio baseado em atividades (ABC). O oitavo capítulo tem como título “Gestão Estratégica em Âmbito Público: proposta de planejamento para polo em EaD” e objetivou propor um plano de ação para o polo de apoio presencial de Mari – PB. O nono capítulo, intitulado “Inovação e Governança na Gestão Pública: reflexões sobre um processo adotado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul”, objetivou descrever e refletir um tipo de inovação na gestão pública, mais especificamente aplicada ao Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul.

O décimo capítulo é intitulado “Gestão e Avaliação de Desempenho: um estudo de caso” e objetivou analisar as possibilidades e limitações do Manual de Orientação de Gestão de Desempenho da SEGEP. O décimo primeiro capítulo tem como título “Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de Sistema Fotovoltaico em uma Residência na Região Norte do Ceará” e objetivou avaliar tecnicamente e economicamente a utilização de energia solar fotovoltaica em uma residência conectada à rede elétrica em Reriutaba, Ceará. O décimo segundo capítulo, intitulado “Recuperação de Cobre de Placas de Circuito Impresso por meio da Lixiviação Ácida”, teve como objetivo realizar a recuperação do metal, oriundo de placas de circuito impresso, visto a grande porcentagem do metal nesses materiais, de mesmo modo tratar uma medida para a redução de lixo eletrônico gerado pela sociedade atual, detendo o foco de sustentabilidade.

O décimo terceiro capítulo tem como título “Desenvolvimento Sustentável no Semiárido: a experiência da Cooperativa Agropecuária Familiar de Curaçá, Uauá e Canudos – COOPERCUC” e buscou descrever o contexto de desenvolvimento sustentável da COOPERCUC, tendo como objeto de estudo o impacto social transformador da cooperativa e a sua convivência com o semiárido. O décimo quarto capítulo é intitulado “Modelagem do Quadro Conceitual de ACV-Social para a Logística Reversa do Setor de Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico no Município do Rio de Janeiro” e teve como objetivo realizar a modelagem de um quadro conceitual que define as partes interessadas, categorias de impacto, subcategorias de impacto e indicadores na perspectiva da avaliação social do ciclo de vida utilizando-se, como objeto de pesquisa, a logística reversa de REEE (Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico) no Município do Rio de Janeiro. O décimo quinto capítulo é intitulado “Verificação do Potencial de Utilização dos Resíduos Orgânicos Provenientes do Restaurante Acadêmico para Vermicompostagem” e tem como objetivo utilizar o Restaurante acadêmico do IFCE, Campus Maracanaú, como fonte de resíduos orgânicos e com o intuito da redução do volume de resíduos gerados e descartados, uma vez que em lixos urbanos possuem a maior fração.

O décimo sexto capítulo tem como título “Uso de Ferramentas da ACV No Comércio Internacional: estudo de caso sobre rotulagem ambiental” e objetivou avaliar se a rotulagem ambiental, baseada em ACV, contribui para o aumento da competitividade de produtos nacionais em mercados globais. O décimo sétimo capítulo é intitulado

“Avaliação de Interações em Jogos de Guerra por Lógica Fuzzy” e objetivou aplicar a Lógica Fuzzy no apoio a Jogos de Guerra. O décimo oitavo capítulo tem como título “Adaptação Transcultural na Validação da *Survey* UTAUT2 para o Brasil” e objetivou apresentar o método adaptação transcultural de instrumento de coleta de dados aos estudantes, profissionais e pesquisadores do campo do marketing.

O décimo nono capítulo, intitulado “A Identidade e a Cultura Nacional pela Perspectiva da Corrupção”, teve como objetivo apresentar os principais elementos constituintes do que é tido como identidade nacional. O vigésimo capítulo tem como título “Entre Prescrito e o Real: a organização real do trabalho na intervenção em crises suicidas” e buscou compreender, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, a organização real do trabalho na intervenção em crises suicidas. O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Hearing for All” e objetivou desenvolver produtos ligados à área de saúde, por meio do desenvolvimento de uma tecnologia de baixo custo.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de Administração, Empreendedorismo e Inovação, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ACCOUNTABILTY E TRANSPARÊNCIA: ANÁLISE DAS METAS DO CNJ	
Clerilei Aparecida Bier	
Mariana Pessini Mezzaroba	
Gisiela Klein	
Carlos Roberto de Rolt	
Adrián Sánchez Abraham	
DOI 10.22533/at.ed.1631908051	
CAPÍTULO 2	22
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E A GESTÃO PELA QUALIDADE: USO DA ESCALA SERVQUAL	
Amanda Raquel de França Filgueiras Damorim	
Luciane Albuquerque Sá de Souza	
Luciano de Santana Medeiros	
Eduardo Albuquerque de Sá	
Emanoela Moura Toscano	
Simone Moura Cabral	
Odaelson Clementino da Silva	
Manuelle Cristine Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1631908052	
CAPÍTULO 3	41
CLIMA ORGANIZACIONAL: AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM UM ÓRGÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ-MS	
Juliana Gonçalves	
Paulo Sérgio Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1631908053	
CAPÍTULO 4	52
DESENVOLVIMENTO DE BEM-ESTAR NO TRABALHO E PROATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE ENTRE DOCENTES DE REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Pedro Afonso Cortez	
Heila Magali da Silva Veiga	
DOI 10.22533/at.ed.1631908054	
CAPÍTULO 5	62
ESCALA DE VALORES ORGANIZACIONAIS COMO FERRAMENTA PARA A EVOLUÇÃO DA CULTURA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	
Enilton da Silva Santos	
José Moreira da Silva Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1631908055	
CAPÍTULO 6	78
EVIDÊNCIAS DO PADRÃO LAMPEDUSA NA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS	
Jeany Castro dos Santos	
Fernanda Rodrigues da Silva	
Lauro Santos Pinheiro	
Airton Cardoso Cançado	
DOI 10.22533/at.ed.1631908056	

CAPÍTULO 7	90
GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	
Greiciele Macedo Morais	
Valdeci Ferreira dos Santos	
Mário Teixeira Reis Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1631908057	
CAPÍTULO 8	107
GESTÃO ESTRATÉGICA EM ÂMBITO PÚBLICO: PROPOSTA DE PLANEJAMENTO PARA POLO EM EAD	
Amanda Raquel de França Filgueiras Damorim	
Luciane Albuquerque Sá de Souza	
Luciano de Santana Medeiros	
Eduardo Albuquerque de Sá	
Emanoela Moura Toscano	
Simone Moura Cabral	
Odaelson Clementino da Silva	
Manuelle Cristine Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1631908058	
CAPÍTULO 9	119
INOVAÇÃO E GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO ADOTADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Sandro Trescastro Bergue	
Janaina Mendes de Oliveira	
Matheus Boni Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1631908059	
CAPÍTULO 10	136
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO	
Leonardo Ferreira Bezerra	
Marcus Brauer	
Luiz Pereira Pinheiro Junior	
Leonel Estevão Finkelsteinas Tractenberg	
DOI 10.22533/at.ed.16319080510	
CAPÍTULO 11	151
ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE SISTEMA FOTOVOLTAICO EM UMA RESIDÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO CEARÁ	
Victoria Rodrigues Taumaturgo Pontes	
Adson Bezerra Moreira	
Dandara Martins Ferreira	
Flavia Peroza Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.16319080511	
CAPÍTULO 12	160
RECUPERAÇÃO DE COBRE DE PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO POR MEIO DA LIXIVIAÇÃO ÁCIDA	
Camila Iamamoto de Siqueira	
Roberta Martins da Costa Bianchi	
DOI 10.22533/at.ed.16319080512	

CAPÍTULO 13 168

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CURAÇÁ, UAUÁ E CANUDOS - COOPERCUC

Luama Soraia Coelho Lins
Bruno Emanuel Correia da Silva
Iuric Pires Martins
Alvany Maria dos Santos Santiago

DOI 10.22533/at.ed.16319080513

CAPÍTULO 14 183

MODELAGEM DO QUADRO CONCEITUAL DE ACV-SOCIAL PARA A LOGÍSTICA REVERSA DO SETOR DE RESÍDUO DE EQUIPAMENTO ELETROELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Leonardo Mangia Rodrigues
Thiago da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.16319080514

CAPÍTULO 15 193

VERIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS PROVENIENTES DO RESTAURANTE ACADÊMICO PARA VERMICOMPOSTAGEM

Vitória Natália Barbosa dos Santos
Carine Maria Ferreira Queiroga
Rossana Barros Silveira

DOI 10.22533/at.ed.16319080515

CAPÍTULO 16 199

USO DE FERRAMENTAS DA ACV NO COMÉRCIO INTERNACIONAL. ESTUDO DE CASO SOBRE ROTULAGEM AMBIENTAL

Antônio José Juliani
Thiago Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.16319080516

CAPÍTULO 17 211

AValiação de Interações em Jogos de Guerra por Lógica Fuzzy

Luiz Octávio Gavião
Annibal Parracho Sant'Anna
Gilson Brito Alves Lima
Pauli Adriano de Almada Garcia
Sergio Kostin

DOI 10.22533/at.ed.16319080517

CAPÍTULO 18 229

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL NA VALIDAÇÃO DA SURVEY UTAUT2 PARA O BRASIL

Luiz Henrique Lima Faria
Nádia Kassouf Pizzinatto
Christiano França da Cunha
Antônio Carlos Giuliani
Adriano Dias de Carvalho
Rumenning Abrantes dos Santos
Rafael Buback Teixeira
Renata Sossai Freitas Faria

DOI 10.22533/at.ed.16319080518

CAPÍTULO 19	247
A IDENTIDADE E A CULTURA NACIONAL PELA PERSPECTIVA DA CORRUPÇÃO	
Lucas Coimbra de Araújo	
Cid Gonçalves Filho	
Suzana Braga Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16319080519	
CAPÍTULO 20	255
ENTRE PRESCRITO E O REAL: A ORGANIZAÇÃO REAL DO TRABALHO NA INTERVENÇÃO EM CRISES SUICIDAS	
Silvanir Destefani Sartori	
Eloisio Moulin de Souza	
Jeremias Campos Simões	
DOI 10.22533/at.ed.16319080520	
CAPÍTULO 21	270
HEARING FOR ALL	
Isadora Paloma Linhares Ribeiro	
João Marcelo Soares Bahia	
João Gabriel Alves Ribeiro Rosa	
Eduardo Romeiro Filho	
DOI 10.22533/at.ed.16319080521	
SOBRE O ORGANIZADOR	275

A IDENTIDADE E A CULTURA NACIONAL PELA PERSPECTIVA DA CORRUPÇÃO

Lucas Coimbra de Araújo

(Pesquisador Científico Bolsista da FAPEMIG)

Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências
Empresariais

Belo Horizonte - Minas Gerais

Cid Gonçalves Filho

Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências
Empresariais

Belo Horizonte - Minas Gerais

Suzana Braga Rodrigues

Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências
Empresariais

Belo Horizonte - Minas Gerais

RESUMO: O presente artigo, como um ensaio de natureza exploratória, tem por objetivo apresentar os principais elementos constituintes do que é tido como identidade nacional. Sendo o Brasil um retrato desse traço marcante das comunidades, que perpassa a cultura, esta é aqui avaliada pelo ponto de vista socioeconômico e político. Enviesada pela corrupção, e demonstrando por sua vez, o perfil e postura de pessoas e empresas, essa análise induz a uma discussão que vai além dos valores. Abordando diversos mecanismos de sobrevivência, é possível que se faça proposições de como são as relações e a vida nas sociedades contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção; cultura;

identidade; política; sociedade.

ABSTRACT: This article, as an exploratory essay, aims to present the main constituent elements of what is considered as national identity. As Brazil is a portrait of this striking feature of the communities, which permeates culture, it is evaluated here from the socioeconomic and political point of view. Embarrassed by corruption, and demonstrating the profile and posture of people and companies, this analysis leads to a discussion that goes beyond values. By approaching various survival mechanisms, it is possible to make propositions about how relationships and life are in contemporary societies.

KEYWORDS: Corruption; culture; identity; policy; society.

1 | INTRODUÇÃO

O presente projeto, como um alento aos estudos da administração, com ênfase na gestão nacional, tem por objetivo discutir os principais traços que caracterizam o que é concebido como cultura nacional. Para entender melhor sobre a vida, rotina e perfil das comunidades, apresentam-se desta maneira diversos conceitos que retratam suas identidades na contemporaneidade.

Abordando dentro dessa ótica, que direciona para a identidade, a temática da corrupção, visa comprovar, portanto, como é que os considerados mecanismos de sobrevivência, como ela, por exemplo, influenciam na imagem, postura e representatividade de um grupo. Assim, por ser parte integrante do cotidiano social, econômico e político, é apontado como algo que impacta fortemente nas relações.

De todo modo, como esse é um estudo que procura entender os fatores que representam os povos, mas o conhecimento acerca da personalidade de todos é totalmente impossível de ser efetuado, o raciocínio foi então construído fazendo apenas uma alusão à realidade. Já que pelo entendimento do senso comum considera-se que todos os grupos de pessoas apresentam aspectos corruptos, a argumentação pode vir a ser considerada válida.

Por estar presente em todos os tipos de sociedade, este estudo expõe, entretanto, apenas uma amostra do que é de caráter internacional. Por focar no Brasil, um único país, em desenvolvimento, o objeto não pode gerar conclusões definitivas. De todo modo, como este é o local de origem dos autores, que sabem da enorme representatividade da corrupção dentro dessa nação, é plausível o exemplo, por conta do índice elevado e repercussão de modo geral.

Apresentando um dos mais altos graus de corrupção e desnível social mundial, o Brasil é um país que, desde as pequenas coisas, que competem às pessoas físicas pelos seus atos, até às esferas mais robustas de sua sociedade - que englobam suborno, propina e demais desvios no que diz respeito às transações que buscam benefícios ilícitos por órgãos públicos e privados -, serve como um excelente estudo de caso quanto a essa idiosincrasia das culturas.

Inerente às sociedades, e sendo uma das principais amarras de negociação tanto dentro, como no caso do Brasil, quanto entre nações, a corrupção acaba por ser uma moeda de barganha não só nacional. Como ela é também uma valiosa ferramenta estratégica, pela vertente da globalização e da internacionalização, muitos objetivos fora da curva são alcançados, já que com ela são fechadas inúmeras parcerias pela troca de interesses.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

A cultura, como elemento crucial para a caracterização dos traços de um povo, retrata os seus costumes e hábitos. O ambiente, o clima, e a própria localização geográfica que essas pessoas se encontram também influem nesse sentido. De todo modo, é por meio do senso comum, e das regras que por elas são criadas, que a unidade de um grupo converge num só estilo de vida, modo de pensar e agir, e visão de mundo.

Sendo uma parte integrante da política pública, a cultura, contribui com a vida em sociedade, na medida em que ajuda a elaborar a divisão eficaz e coerente das responsabilidades entre as esferas públicas de um dado local. Ela é capaz também,

consoante com Botelho (2001), de ajudar a enfrentar diversos confrontos que surgem tanto em âmbito público, como também no privado.

A discussão do que se entende por cultura e a avaliação do cenário, é observada, desta maneira, por Botelho (2001), de modo hegemônico nas diferentes esferas do Estado. Na direção da defesa da formulação mais incisiva de políticas públicas, por sua vez, o autor considera que é preciso mecanismos capazes de mapear não só o universo, mas também a recepção desse terreno, no que tange às pesquisas socioeconômicas.

Conforme Botelho (2001), a cultura surge de duas dimensões. São elas: a antropológica e a sociológica. A primeira promoveria a cultura através da interação dos indivíduos e do modo como estes elaboram seus modos de sentir e perceber o que os cerca. Já a segunda é uma produção elaborada com explícita intenção de construir determinados significados, alcançando algum público, através de meios específicos de expressão.

Baquero (2001) já trata a cultura por outra perspectiva. Seu argumento é que, os avanços no campo formal da política, é que geram a base na qual ela pode se desenvolver. Ou seja, são as confluências de sistemas internos e externos de uma dada localização que, moldam através das peculiaridades, o que pode se chamar em primeira instância de cultura, e em âmbito mais expansivo, de cultura nacional.

De acordo com Baquero (2001) temos que, a soma dos fatores históricos e também estruturais, e o conhecimento e imposição de regras, que são as responsáveis por desenhar as características de um povo. Ou seja, ao influenciar significativamente na estruturação dos padrões de atitudes e comportamentos, estes partiriam dos princípios das políticas que ali se desenvolveram, mediante o acúmulo de experiências, que esculpiriam de maneira intensa e contínua a cultura de um povo e seu país.

Um exemplo, dado por Baquero (2001), explicita bem isso. Tomando por base o Brasil, ele demonstra que as raízes do país, que representam uma mescla de origens, fizeram do seu sistema político, que rege a cultura, falho. Os resultados do seu estudo indicam ademais que, a existência de fatores dessa natureza acaba por descaracterizar a doutrina do país, permitindo o surgimento de formas antidemocráticas de se governar.

Dentre essas formas, que fogem ao que se espera de uma gestão justa e em prol da comunidade, a corrupção sucumbe como um dos agravos da cultura. Esse comportamento desviante, por sua vez, tal qual falam Araújo e Sanchez (2005) representa um ônus insustentável para qualquer sociedade. Segundo eles, principalmente nas que são permeadas por grandes desigualdades, tal qual o Brasil e demais países sul-americanos.

Araújo e Sanchez (2005) argumentam também que, por conta dos sistemas políticos e suas regras proverem mecanismos de controle e administração dos serviços essenciais para a população, no meio de tudo isso, a corrupção ajuda a demarcar nuances da cultura. Visto que estigmatiza as comunidades dentro de um contexto que tende à marginalização, a consolidação e o avanço da democracia ficam

extremamente comprometidos.

Para Araújo e Sanchez (2005), em harmonia com os pensamentos de Weber (1964), no entanto, alguns pontos são bem marcantes. Na busca por uma democracia representativa, é essencial que os políticos eleitos entendam que, por serem detentores de legitimidade e responsabilidade política, têm a necessidade de agir sempre se lembrando daqueles que os deram a oportunidade de estar no poder.

Focando assim nos benefícios para a comunidade, o uso da dominação legal/racional, teria de ser apropriado de maneira mais cuidadosa, refletindo-se não só nos malefícios que atividades corruptas geram a uma nação. Além do desvio de recursos para as necessidades básicas daquela comunidade, a imagem de todo o grupo fica prejudicada. Filgueiras e Aranha (2011), afirmam que esses escândalos decorrentes, abalam completamente o Estado.

Olhando pelo prisma do Brasil, Filgueiras e Aranha (2011) argumentam ainda que desde a democratização do país, os alvoroços relacionados à política, em especial, à corrupção, têm criado um sentimento de impunidade que paira sobre toda a sociedade. Mesmo reconhecendo que o clima é de mudanças, o fato de ser arraigada a corrupção, gera uma espécie de agenda negativa para a esfera pública.

Outro ponto que Filgueiras e Aranha (2011) apontam é que, Estados como o Brasil, que passam por tamanhas turbulências políticas, sofrem dos mais severos vícios. Para os estudiosos, essa cultura pública atávica reforça um comportamento que vê como natural a corrupção. Todos a enxergam como algo necessário dentro de seus cotidianos.

Moraes e Torrecillas (2014) consideram em sua pesquisa, temática semelhante da de Filgueiras e Aranha (2011). Trabalhando com uma amostra de grau mais elevado que o resto da população em convergência com o acesso ao poder público, testa a relação de diversos fatores da administração pública. Analisando respostas de servidores brasileiros, a discussão permite chegar então a um panorama da relação entre corrupção, qualidade de democracia, desigualdade, governança e desemprego.

A percepção de corrupção pôde ser diagnosticada por Moraes e Torrecillas (2014) como um grande empecilho para o desenvolvimento da qualidade da democracia. Sendo parte integrante da cultura, considerou-se por conta disso, indubitável que para que ela se fizesse valer e demonstrasse uma reputação positiva, que se passasse pelo caminho da criação e implantação de meios para erradicar a corrupção.

Moraes e Torrecillas (2014), confluindo as opiniões de Jong e Khagram (2005); Bergh e Nilsson (2010); Okada e Samreth (2012), afirmam que este não é um esforço simples. Isso se considerarmos que a “desigualdade de renda e econômica tem origens diversas, o que inclui fatores como governança política, estabilidade institucional, corrupção, nível de emprego, educação, sexo, cultura, entre outros” (Moraes & Torrecillas, 2014).

Os países contaminados por altos índices de corrupção, em conformidade com Tinoco e Meirelles (2016), realmente não vivem uma realidade muito fácil. O

desenvolvimento econômico travado, a prestação ineficaz de serviços básicos, a exposição de crimes de extorsão, lavagem de dinheiro, desvio de verba, e afins, desgastam a confiança em seus governos e Estado de Direito.

Em consequência, pode-se afirmar que a corrupção e a lavagem de dinheiro criam uma relação simbiótica e de paridade (Reed & Fontana, 2011), já que enquanto a corrupção facilita a lavagem de dinheiro, “o dinheiro lavado alimenta a corrupção, servindo ao pagamento de propinas a políticos corruptos, razão pela qual o combate à corrupção e ao branqueamento de capitais pressupõe um conjunto de ações entrelaçadas e coordenadas” (Tinoco & Meirelles, 2016).

Nesse sentido, Tinoco e Meirelles (2016) argumentam que, a corrupção e a lavagem de dinheiro têm estimulado uma percepção de criminalidade que institucionaliza quadros políticos domésticos amplamente desfavoráveis. Ao citarem o Brasil, os autores concluem que apesar de isso ser uma visão mais nítida em países periféricos, faz parte de um cenário que envolve os mais diversos grupos e nações, sendo um dos mais importantes desafios em matéria de estudo da penalidade internacional no mundo globalizado.

Todavia, Massi (2016) diz que para combater a corrupção, muitas iniciativas estão surgindo no mundo. Uma delas, no Brasil, é o “pacto empresarial pela integridade contra a corrupção, que estimula as empresas a enxergar a integridade como de suas responsabilidades sociais” (Massi, 2016).

Dentro desse contexto, muitas empresas, de acordo com Massi (2016) têm agido nessa direção. Ao adotar códigos de conduta com princípios e valores de integridade, elas passam a caminhar contra a corrupção. E isso acaba por se difundir através das partes interessadas, que seguindo os princípios éticos e de integridade empresarial, buscam melhores práticas, um movimento involuntário anticorrupção.

Essas ações, segundo Massi (2016), que sintonizadas com a percepção de que hoje as empresas são importantes agentes na rejeição de atos ilegais, ilegítimos e corruptos, que induzem por sua vez, a mentalidades empresariais em pró de um trabalho digno, sério e pautado pela honestidade.

“Pelo estímulo em desempenharem esse importante papel, atuando para promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção” (CGU, 2015, *apud* Massi, 2016), as empresas e suas condutas éticas, são extremamente importantes para a contribuição de uma melhor postura e imagem a níveis nacionais.

A existência de normas, não garante, no entanto, o comportamento ético e dentro da moral. “É preciso divulgá-las e monitorá-las para que sejam conhecidas, compreendidas e praticadas. Para isso, as empresas devem constituir um comitê de ética, com responsabilidade educativa e de monitoramento sobre a aplicação das regras de conduta à rotina”. (CGU, 2015, *apud* Massi, 2016).

“Caberá a esse comitê chamar pela consciência moral dos empregados, programando e executando treinamentos preventivos de práticas antiéticas, que conscientizem e capacitem os empregados para a manifestação de atitudes e

comportamentos compatíveis com as prescrições do código de conduta, e, que aborde as medidas corretivas a serem aplicadas àqueles que apresentarem comportamentos violadores dos princípios. Para garantir que todas as estratégias, ações e comportamentos estejam sintonizados com os valores éticos, a empresa deve implantar mecanismos de controle” (CGU, 2015).

No âmbito social, apesar de ser mais difícil tal controle, o cuidado em se criar a consciência do que é certo, também tem de ser exaltado. Sabendo-se que para fomentar uma cultura que transborde atividades econômicas, e pense nos direitos sociais - que por sua vez “são aqueles que dizem respeito a um mínimo de bem-estar econômico, de participação, de ser e viver na plenitude a civilização” (Simis, 2007), - é extremamente necessário que o comprometimento com atitudes éticas, seja não só um dever, mas uma obrigação de todos.

Nessa perspectiva, dos direitos sociais, Simis (2007), dialoga que se ater aos primórdios da preocupação do Estado com a questão cultural, tomando, por exemplo, o Brasil, é a maneira correta de se entender sob a ideologia positivista, que a cultura significa civilização. Logo, a educação é sem dúvida o seu maior avanço, e é também o ponto de partida para a democratização e fomento da cultura em detrimento da corrupção.

A despeito disso, Baquero (2003) salienta que se tem modificado, substancialmente, o pensamento ortodoxo sobre a participação cidadã. Antes limitada a ações convencionais, hoje ela é tida como uma das mais influentes marcas e identidades de um povo. É fundamental inclusive para demarcar o seu caráter, assim como seus anseios e projeções de futuro.

Dentro do Brasil, Baquero (2003) diz que: “verifica-se uma reorientação teórico-prática significativa no país, que reabilita, não só na retórica, mas também na prática, a noção de sociedade. As pessoas passaram a ter maior sensibilização e cuidado àquilo que as representa” (Baquero, 2003).

Baquero (2003) constata que pensar em mecanismos que proporcionam uma democracia mais justa implica assim em trazer as pessoas para a esfera pública. Educá-las, para que cheguem nesse patamar, seria crucial, já que assim estas teriam o real entendimento da responsabilidade social que tais atividades implicam.

Como tudo isso leva tempo, quanto mais estudos e notícias sobre o assunto forem propagados, melhor. Dentro das regras já estabelecidas e buscando que sejam criadas novas, para serem cada vez mais adequadas, as comunidades para se consagrarem com boas reputações e imagens, necessitam como fala Pereira (2005), de uma governança responsável.

Tal direcionamento, que vai à contramão da corrupção e em favor da cultura, exige conforme Pereira (2005), por fim, uma enérgica mobilização na política e na sociedade civil. Tendendo à transformação, como é o caso do Brasil, tais medidas poderiam solidificar uma sociedade mais justa, digna, e capaz de criar um sentimento positivo ao que se tem de mais forte dentro de um povo; ou seja, a sua identidade, a sua cultura.

3 | CONCLUSÃO

Com o intuito de discutir sobre a cultura nacional, pelo prisma da identidade de um povo, o presente estudo buscou apresentar diversas teorias, que em suma avaliam como que se portam as pessoas e empresas públicas e privadas, dentro de um contexto que aborda os desvios de conduta, a corrupção e a lavagem de dinheiro.

Sabendo-se que nesse cenário é possível inferir sobre as leis, normas e regras de um país, sobre as diretrizes das instituições, e sobre a educação a que as pessoas têm acesso, é possível concluir que a instrução e o controle por parte da população, acerca do que acontece a seu redor, são importantes quesitos quanto ao desenvolvimento positivo de uma nação.

O histórico vivido por cada país, a imagem que passam ao mercado, e suas relações com os demais, também influenciam muito nisso. Países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, por terem sido em sua maioria, colonizados, já tomaram às rédeas de seus territórios sofrendo com esse tipo de percalços.

Trazendo uma bagagem de exploração, desrespeito e desinteresse na população local, em busca de benefícios alheios àquelas comunidades, traços negativos ficaram ali impregnados. Infelizmente o extermínio dessas práticas inescrupulosas, que se tornaram ao longo do tempo tão fortes, não é considerado uma tarefa fácil.

De todo modo, com o avanço das tecnologias e o maior acesso das pessoas à informação, esse cenário, não só no Brasil, atualmente tem melhorado. Todos têm falado e questionado mais sobre, e brigado assim para resolver os tantos problemas que tais desvios causam. Problemas esses que não são poucos, e ferem a constitucionalidade.

Feridas também, que somente com muita luta e estudo, inclusive dos direitos básicos, que podem ser ao menos diagnosticadas, e trazer consigo inúmeras respostas e possíveis soluções. Feridas que clamam pela boa alimentação, pela saúde e pela segurança. Feridas que com só muito custo estão sendo e precisam ser cada vez mais cicatrizadas.

São feridas, feitas as do Brasil, que se curadas, mudam o universo de suas comunidades. Por isso, saber que é a educação, o elemento-chave para desconstruir as amarras da corrupção, impulsionando o combate à impunidade, já é um grande passo. Explorar novos estudos é assim indispensável, pois somente ao que se expandir essa mentalidade, de que as mudanças na imagem de um país são essenciais às suas relações, que fará com que seus povos reconstruam suas identidades, enaltecendo sempre o melhor de suas culturas nacionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo, & SANCHEZ, Oscar Adolfo. (2005). **A corrupção e os controles internos do estado**. *Revista de Cultura e Política*, (65), 137-173

BAQUERO, Marcello. (2001). **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 98-104

- BAQUERO, Marcello. (2003). **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. *Revista de Sociologia e Política*, (21), 83-108
- BERGH, Andreas, & NILSSON, Therese. (2010). **Do liberalization and globalization increase income inequality?**. *European Journal of Political Economy*, 26(4), 488-505
- BOTELHO, Isaura. (2001). **Dimensões da cultura e política pública**. *São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 73-83
- CGU - Controladoria Geral da União. **Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017
- FILGUEIRAS, Fernando, & ARANHA, Ana Luiza Melo. (2011). **Controle da corrupção e burocracia da linha de frente: regras, discricionariedade e reformas no Brasil**. *Revista de Ciências Sociais*, 54(2), 349-387
- JONG, You, & KHAGRAM, Sanjeev. (2005). **A comparative study of inequality and corruption**. *American Sociological Review*, 70(1), 136-157
- MASSI, Maria Lúcia Gili. (2016). **Eficácia das melhores práticas em governança corporativa no combate à corrupção**. *Revista Científica Hermes*, (15), 122-141
- MORAES, Thiago Perez Bernardes, & TORRECILLAS, Geraldo Leopoldo da Silva. (2014). **Administração pública e corrupção: relação entre corrupção na função pública, desemprego, desigualdade, qualidade da democracia e governança**. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, 10(2), 135-153
- OKADA, Keisuke, & SAMRETH, Sovannroeun. (2012). **The effect of foreign aid on corruption: a quantile regression approach**. *Economics Letters*, 115(2), 240-243
- PEREIRA, José Matias. (2005). **Reforma do estado e controle da corrupção no Brasil**. *Caderno de Pesquisas em Administração*. 12(2), 1-17
- REED, Quentin, & FONTANA, Alessandra (2011). **Corruption and illicit financial flows. The limits and possibilities of current approaches**. Disponível em: <<http://www.u4.no/assets/publications/3935-corruption-and-illicit-financial-flows.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017
- SIMIS, Anita. (2007). **A política cultural como política pública**. *Revista de Políticas Culturais do Brasil da EDUFBA*, 2(2), 133-155
- TINOCO, Alexandre Motta, & MEIRELLES, Flávia Sanna Real. (2016). **Corrupção, globalização e direito penal brasileiro: novos desafios**. *Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição*, 2(2), 517-538

SOBRE O ORGANIZADOR

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-316-3

